

# Maria viva

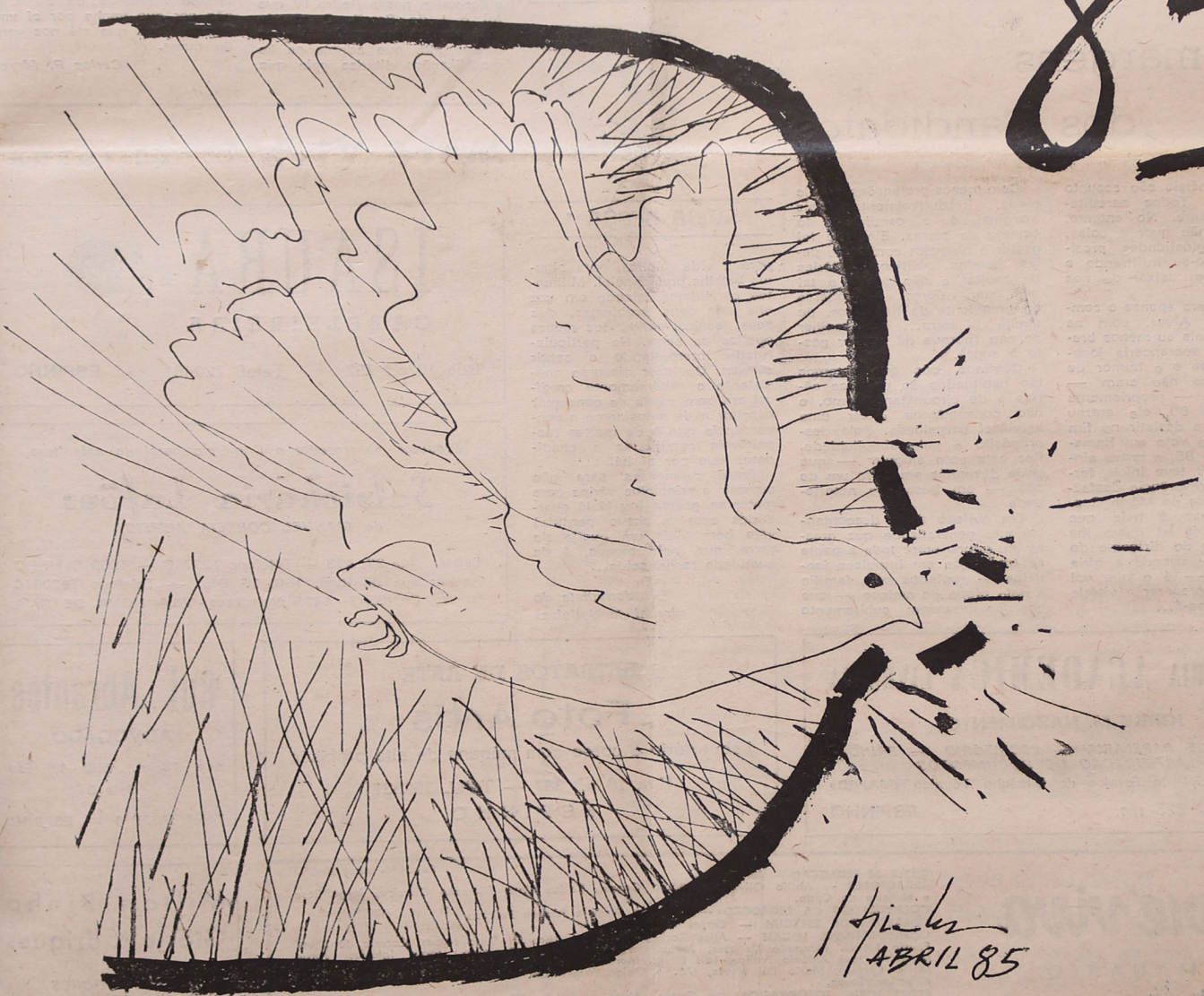
MUNICIPIO DE B...  
BIBLIOTECA MUNICIPAL

Director Interino: JOSÉ RAFAEL TORMENTA

SEMANARIO

AÑO IX N.º 433 — PREÇO 17\$50 — 25/4/85

25 ABRIL 74  
85



Hinkel  
ABRIL 85





## O Desporto no Estado Novo: Alguns episódios

Conta-nos José Esteves no seu livro «O Desporto e as estruturas sociais» que em 1958 o Director-Geral dos Desportos de então, o tenente-coronel Sacramento Monteiro, foi apresentado ao Presidente do Conselho, o Dr. Oliveira Salazar, um plano para a construção de piscinas em várias localidades.

«Mas logo que entrei no gabinete do Presidente do Conselho» — contava o próprio Sacramento Monteiro — «tive um primeiro baque, ao ouvir, detrás da sua secretária, o Dr. Salazar a perguntar-me o que eu trazia comigo... Não respondi imediatamente à questão, aproximei-me, cumprimentei-o e coloquei à sua frente o dossier que transportava dizendo: «trata-se de um plano de construção de piscinas para o fomento da natação entre a nossa juventude, sr. Presidente». O homem olhou para mim, olhou para o dossier, afastou-o logo a seguir, com um dedo só, com ar de muito desprezo, e despede-me com esta simples frase:

«Senhor Director-Geral, está muito frio para tratar desse assunto. Venha lá mais para o Verão!»

Uma forma de aproveitamento pelo Poder do poder do desporto foi aquela em que na lista dos 258 cidadãos que propunham a candidatura do Almirante Américo Tomás, para fazer frente à temida popularidade do General Humberto Delgado, figuravam os presidentes dos 3 maiores clubes lisboetas de futebol. É caso para dizer que a «tática» estava bem montada...

Em 1945, ano seguinte ao da pomposa inauguração do Estádio Nacional, foi distribuído um panfleto durante o jogo Portugal — Espanha que dizia a dado passo, o seguinte: «(...) E, afinal, o que nós queremos é futebol — isto é, paz, alegria de viver, ordem nas ruas e nos espíritos e poderes assistir, sem receios de alarme aéreo ou interrupções por ataque da aviação, ao desafio todo; e o que devemos afirmar, é sacri-

### MÁRIO RUI NEVES \*

ficar as nossas vidas, o nosso sossego, a paz do nosso lar, a caprichos estranhos aos nossos interesses essenciais, a ideias que não podemos perfiar nem compreender, por serem totalmente alheias à nossa maneira de ser de povo que ama a liberdade e quer ser dono de si mesmo, dispôr do seu destino, o que se nos não permitiria, por exemplo, se vivéssemos sob outro regime que fosse igual ou parecido ao comunismo soviético — arma da mais feroz e totalitária de todas as ditaduras. (...).

Onze anos depois o 25 de Abril, se as coisas, em termos de estruturas, pouco mudaram, pelo menos as pessoas foram compreendendo e abarcando o significado e a utilidade do Desporto e fazendo da sua prática a lufada de ar (puro) do seu dia-a-dia.

\* Mário Rui Neves

## RASCUNHOS

Lí, ouvi ou sonhei que anda por aí uma espécie de abaixo-assinado, para mandar não sei a quem, no sentido de Espinho não ser integrado na projectada região administrativa do Grande Porto. Quem tomou tal iniciativa está no seu pleno direito de o fazer, situando-se em idêntica posição todo aquele que em tal documento apuser a respectiva assinatura. Só que eu gostava de saber se se trata de recado encomendado ou não.

Parece não subsistirem dúvidas a ninguém que, desde há muitos anos, Espinho cada vez mais arrastado é para apertar os seus laços de actividade e interesse com a segunda cidade do País. Só um cebo teimoso será incapaz de o não ver. Tal situação será benéfica ou maléfica para nós, talvez sim, talvez não, talvez até antes pelo contrário: o que ela é é o resultado de um processo de desenvolvimento que se não compadece com saudosismos salobros de tempos de antanho.

As condições de vida alteram-se constantemente e aquilo que ontem era ponto assente amanhã já o não será em absoluto. Não podemos continuar a regular-nos pelas Ordenanças Afonsinas, nem sequer pela Carta Constitucional que nos outorgou o nosso Pedro IV que foi o I do Brasil. O mundo está sempre em mudança e as gentes têm que adaptar-se às modificações ditadas pelo que



de inovador vai surgindo.

Há pouco mais de um século Espinho não era mais que uma língua de areia, onde soprava o norte agreste e o raro pé humano pisava. Depois foi-se povoando, criando vida própria, até chegar à independência administrativa: Independência que foi muito contestada pelos interesses estabelecidos que argumentavam com os valores históricos e outros também muito respeitáveis. Libertos da tutela que nos impunham as Terras de Santa Maria, transformamo-nos até ser o que somos.

Porquê, pois, teimar em que esta terra não pode deixar de fazer parte do Distrito de Aveiro? Quer se queira, quer não se queira, mais década menos década, Espinho será um autêntico arrabalde do Porto. A não ser que venha por aí uma Quarta Vaga que até nos varra do mapa.

Carlos P. Morais

## Nas margens dos Candidatos



### LUÍSA BESSA \*

As presidenciais são assunto sério, diz-se. Todos acreditamos, obviamente. No entanto, como quem não quer a coisa, algumas marginalidades presidenciais vão-se infiltrando e não conseguem deixar de nos fazer sorrir.

Até agora, era apenas e sempre Meneses Alves, com as suas piadas mais ou menos brejeiras e uma sobrançeria jocosa. Mas o riso e o humor de Meneses Alves não eram — como não são — propriamente ingénuos. Em 80, ele entrou na corrida para desistir no fim e aconselhar o voto em Ramalho Eanes. Em 85, a prova ainda nem sequer teve início formal, mas a irreverência desfaz-se-lhe ao nome de Mário Soares. Desta vez é nele que aposta e até já há quem lhe chame a lebre do dirigente do PS, porque — usando a gíria do atletismo — é o que vai à frente para preparar a vitória do outro. Ver-se-á...

Com menos pretensões e mais piada, irredutivelmente mais marginal é o candidato do «queijo da serra». Ele, que foi pastor e ninguém conhecido pelas bandas político-partidárias da capital e não só, é o tal que quer reforçar os poderes do presidente da República, do queijo da serra... e da colher de pau (porque dá melhor gosto à sopa).

Ouvimos, nós que estamos tão habituados às palavras sérias e de circunstancialismo, e não conseguimos evitar uma saudável gargalhada. Pelo despropósito e pela simplicidade. Por este acto singular — que pode despertar em cada um de nós — em busca da notoriedade.

Era curioso se o descontentamento generalizado que grassa um pouco entre toda a gente se traduzisse em impulsos isolados — apoiados pela família e pelo grupo de amigos — que nos empurrassem subitamente

para a vida pública, para alguma batalha presidencial. Milhentos candidatos falando em voz alta dos seus problemas, dos seus desejos, enfim, dos «seus» queijos da serra. Na particularidade interpretando o sentir comum. Qualquer discurso consistente e minimamente credível era bem capaz de conseguir suscitar mais entusiasmo e concordância que o de muitos respeitáveis candidatos a candidaturas que por aí há.

Entre promessas para não cumprir e princípios vários para meter na gaveta (ou já lá guardados com a chave perdida) vale bem mais um queijo da serra, que, pelo menos, é de qualidade reconhecida...

Jornalista do  
«Jornal de Notícias»

## Maré Viva O SEU JORNAL

ISAURA  
CABELEIREIRA



Rua 16 n.º 752

Telef. 720461

ESPINHO

Produtor - abastecedor e Comércio geral de avicultura

Salsicharia Lafões  
de MANUEL CORREIA ALMEIDA

Estab.: Rua 22, 483 — Telefone 720716 — 4500 ESPINHO

Resid.: Rua do Buel, 190 - 1.º Dto. — Telefone 7620816

CANELAS - 4405 Valadares - VILA NOVA DE GAIA

## PAPELARIA ACADÉMICA LIVRARIA

JORGE M. NASCIMENTO

ARTIGOS DE PAPELARIA — ESCRITÓRIO — BRINDES  
PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Agente oficial de Estojos de Desenho Técnico «MAPE»

Rua 19 n.º 825 r/c

ESPINHO

## RETRATOS DE ARTE

### Foto Artis

Laboratório a cores com máquina de alta precisão

Rua 19 n.º 287 — Telef. 722337

ESPINHO

## Rui Abrantes

ADVOGADO

Rua 18 n.º 582 - 1.º Esq.

Sala 3

Telef. 723811 — ESPINHO

MARÉ VIVA

SEMANÁRIO

Director Interino: JOSÉ RAFAEL TORMENTA

CHEFE DE REDACÇÃO — Jorge Lopo  
REDACTORES — Abílio Oliveira, António Gomes, Carlos Cruz, Filomeno Oliveira, Jorge Rosa e Moreira da Costa.  
COLABORADOR DA REDACÇÃO — Fernanda Alves e Idalina Pedrosa  
COLABORADOR ESPECIAL — Carlos P. Morais  
COLABORADORES LOCAIS — Alice Rocha, António J. Lacerda, Berta Nunes, Correia da Silva, Fausto Neves, Fernando Meneses, Joaquim Fidalgo, Jorge Carvalho, Jorge Iglésias Jorge Monteiro, José António França, Luís Costa, Moreira da Costa, Maria do Carmo, Mário Bismark, Mário Correia, Mário Rui Neves, Morais Gaio, Nunes Carneiro, Orlandina Cruz, Rui Lacerda e Victor Sousa.  
REPORTAGEM FOTOGRAFICA — Carlos Alves e Olívia Silva  
PAGINAÇÃO — Augusto Mota, António Gaio e Henrique Ferreira  
Propriedade da Nascente — Coop. de Acção Cultural — Redacção: Rua 62, 251 - Telef. 721621  
Composição e impressão: Tipografia Meneses — Cooperativa Gráfica de Espinho, C. R. L.  
Rua 14 n.º 903 — Telef. 721016

Depósito Legal 2048/83

Tiragem deste número: 2000 ex.

## Milton Pinho Glória Rodrigues

SOLICITADORES

RUA 28 N.º 583 - R/C

TELEF. 720584



## REUNIÃO DA CÂMARA

## Sobre o Parque da Cidade autarquia vai negociar com Violas

A Câmara Municipal de Espinho vai negociar com Manuel Violas para tentar adquirir os terrenos necessários à construção do Parque Desportivo.

Esta decisão foi tomada na passada sexta-feira, em sessão pública da Autarquia, por sugestão de Rolando Sousa e na sequência da discussão de uma proposta apresentada por José Fonseca sobre este assunto.

Rolando Sousa, pronunciando-se sobre esta proposta, de que revelamos os aspectos mais importantes na passada edição, disse: «*Todos os terrenos para o Parque Desportivo foram comprados por negociações amigáveis. Por isso, julgo que seria mais rápido se se tentasse, hoje, com a actual composição da Câmara, uma nova negociação. E se não fosse possível, pedir-se então às expropriações.*»

Estas palavras do vereador a tempo inteiro viriam a mudar o curso à discussão, até aí centrada na proposta de José Fonseca. Na sua proposta, o vereador do PSD pretendia que a Câmara pedisse uma audiência ao Governo para que fosse dado novo despacho sem qualquer vício de forma. Sobre esta proposta começaram os vendedores por se pronunciar favoravelmente. Casal Ribeiro chamou a atenção para a confusão de nomes que se tem verificado. «*Penso que as expropriações foram pedidas para o Parque da Cidade e neste existe um Parque Desportivo,*» começou por dizer, acrescentando que «*se deve pedir urgentemente uma entrevista ao sr. Ministro para novo despacho sem vício de forma.*» Luís Albernaz deu igualmente o sim a esta proposta, tendo apenas Joaquim Ribeiro manifestado o interesse em ver todo o processo desde o início para poder emitir uma opinião.

Depois de Rolando Sousa sugerir nova negociação com os proprietários dos terrenos em causa, as intervenções passaram-se a centrar neste ponto. José Fonseca disse que não se opunha a estas negociações, mas, acrescentou: «*quero alertar*

*que para o mesmo caso e com as mesmas pessoas a negociação foi tentada e foi-nos devolvida a correspondência.* Para Casal Ribeiro, «*é sempre bom procurar uma solução*

*ções.* Artur Bártolo acharia esta proposta «*pertinente*», dizendo ainda: «*Mas não vou fazer essas negociações sozinho; só acompanhado de outro elemento da Câmara.*»

Face a esta discussão, a Câmara deliberou «*mandar elaborar junto do advogado um pedido de declaração de utilidade pública, sem prejuízo das negociações a efectuar junto dos proprietários do terreno.*» Viria pois a registar-se a unanimidade quanto à proposta de José Fonseca e à sugestão de Rolando Sousa.

### IMPOSTO DE JOGO

O Plano de obras da Zona de Jogo de Espinho para a aplicação dos 20 por cento da receita do imposto de jogo, foi presente a esta sessão.

Face à distribuição desta verba acordada numa reunião da Comissão constituída para o efeito, composta por Artur Bártolo, Presidente da Câmara, Arq.º Jorge Santos Costa da Direcção Geral de Turismo, Arq.º Rogério Barroca da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, e Joaquim Caldeira, Inspector Coordenador de Jogos, a Câmara deliberou aprovar e submetê-la à apreciação do Governo.

São estas as verbas dos 20 por cento do imposto de jogo:

- 1983 — verba prevista era de 55 mil contos.  
verba verificada foi 57 mil contos  
1984 — verba prevista era de 50 mil contos  
verba verificada foi de 57.398 contos

A estes valores há ainda a acrescentar outras verbas provenientes de saldos verificados em obras já realizadas: Zona Urbanística Turística de Silvalde, Paramos e Barrinha, 318 contos; Reparação provisória das vias de acesso ao aeródromo, 3.450 contos; Construção da via 6/7 (junto ao parque de campismo Solverde), 347 contos. A este somatório acresce-se 35 mil contos da verba prevista para 1985, referente a este imposto.

As obras previstas para a aplicação destas receitas, são as seguintes: Saneamento do Município, 53 mil contos; Pavimentação inferior da esplanada, 6 mil contos; Balneário Marinho, 5 mil contos; Arranjo do quarteirão das ruas 2, 4, 19 e 21, 5.045.198\$00.

*mais rápida. Mas uma coisa não implica com a outra. Podemos preparar o processo para o pedido da expropriação, ao mesmo tempo que são feitas as diligências para as negocia-*

### AINDA A ESCOLA DA RUA 23

A escola pré-primária da Rua 23 volta a estar na ordem do dia, através de um ofício vindo da Direcção Escolar de Aveiro, presente nesta sessão.

Solicitava este ofício uma vitória à escola, para serem efectuadas obras nos tectos das salas de aulas: «*Em recente visita, diz esta carta, pôde verificar-se que os tectos das sa-*

## Estação da C.P. vai ser junto ao Vale do Vouga?

A futura estação da CP deverá ser implantada nos terrenos junto à estação do Vale do Vouga, conforme o que ficou acordado numa reunião realizada no passado dia 10 de Abril, na Câmara, e à qual compareceram elementos do Executivo Municipal, Manuel Violas e seus representantes e três engenheiros da CP, conforme o «*Mare Viva*» noticiou em devido tempo. Segundo a acta dessa reunião, assinada por todos os presentes, menos por José Fonseca:

### ACTA

1 — Foi opinião dos presentes que o terreno existente na Estação: Espinho-Vouga reúne condições suficientes para a futura estação ferroviária.

2 — A I. C. M. Espinho irá analisar melhor as características do local e idêntificá-las exactamente o local para (\*) a futura estação ferroviária, comunicando à CP da decisão aprovada em

sessão de Câmara.

3 — A CP irá desde já fazer um estudo prévio para a futura estação no local do Espinho-Vouga.

(\*) Nesta parte da acta estão riscadas as palavras: «*a CP estudar.*»

Fica assim definida uma situação que, tudo leva a crer, pela actuação do Presidente da Câmara em manter o seu propósito de não levar este assunto à discussão numa sessão pública da Autarquia optando pela realização desta reunião, poderia causar alguns embaraços à Câmara.

Entretanto a CP, que entendia ser o melhor local para a localização da estação o quarteirão onde se situou a sede do PSD, pertença de Manuel Violas, veio a comprometer-se a fazer um estudo para a sua implantação junto à estação do Vale do Vouga.

## 1.º Ciclo de Teatro Amador terminou com dois espectáculos

Realizou-se no passado dia 19 (sexta-feira), mais um espectáculo de Teatro, integrado no 1.º Ciclo de Teatro Amador, organizado pela Cooperativa Nascente.

Esta vez subiram ao palco um grupo de Teatro de Pardilhó, a Associação «*Saavedra Guedes*», que está ligada principalmente às actividades desportivas, não descurando o teatro e outras actividades culturais.

Este grupo, formado por jovens actores, estreou uma nova peça, «*O Santo Inquirito*».

Esta peça, centrada na figura de «*Branca*» rapariga inocente que trabalha no campo e foi julgada pela inquisição, por pensarem estar possuída pelo demónio, teve momentos de mau teatro. Mas esses momentos são fruto da inexperiência dos actores, já que alguns subiram ao palco pela primeira vez.

O pouco público presente esteve deveras compreensivo até

cerca de 2/3 da peça. Depois deixou a compreensão do lado, mas não foi de modo nenhum incorrecto.

Actuação mais feliz foi a do Círculo Experimental de Teatro de Aveiro (CETA), no dia seguinte.

Um presidente de um dos canais de televisão é raptado por um dos actores da telenovela que está degradado com o final da mesma; esta é a história da peça «*Arranca-me a Vida*» que foi o fecho deste Ciclo de Teatro Amador. Excelentemente bem dirigida, esta de actuação de personagens, esta peça é uma excelente crítica à Televisão, à falta de qualidade dos produtos publicitados e também aos concursos.

A peça atingiu o «*climax*» no final com uma luz tipo ambulância, sempre a andar à roda e com o som da guerra como fundo.

está na disposição de realizar as obras.

Este assunto já se vem arrastando há longo tempo, porque a Junta pretende a desocupação do edifício para proceder à sua venda, o que já lhe foi negado pela Assembleia de Freguesia, ou para lhe dar outra utilização, opondo-se por isso à realização de qualquer tipo de obras.

## Assembleia Municipal

### EDITAL

SESSÃO PÚBLICA NO DIA 3/5/1985

José Augusto Ferreira de Campos, Presidente da Assembleia Municipal supra:

Faz público, de acordo com as disposições legais aplicáveis, que no próximo dia 3 de Maio de 1985 se realizará nos Paços do Concelho a 2.ª sessão ordinária desta assembleia, que versará a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — *Apreciar a regulamentação da venda ambulante na cidade de Espinho;*
- 2 — *Deliberar sobre a proposta de Postura de Trânsito que reestrutura o trânsito em Espinho;*
- 3 — *Parecer solicitado pela Comissão Parlamentar da Administração Interna e Poder Local sobre a criação da área Metropolitana do Porto;*
- 4 — *Deliberar sobre a proposta do Quadro do Pessoal do Balneário Marinho;*
- 5 — *Apreciar as Contas relativas ao ano de 1984 nos termos do art.º 22.º - n.º 1 do Dec.-Lei 98/84 de 29 de Março.*

Para constar se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo do concelho.

Espinho, aos 19 de Abril de 1985

O Presidente da Assembleia,  
José Augusto Ferreira de Campos

## CONFETARIA



# Pá velha

MANTEM O SEU FABRICO TRADICIONAL.

POR ISSO, COM MELHOR QUALIDADE.

ESPECIALIDADES: REGUEIFA (fabrico caseiro),  
PÃO-DE-LÓ  
Tipo MARGARIDE, OVAR, TI PIEDADE e  
Especialidade da casa

BOLOS: ANIVERSÁRIO, CASAMENTO E BAPTIZADO

ANG. DAS RUAS 16 e 23 — TEL. 722514 — 4500 ESPINHO



# NO 11.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

por VASCO GONÇALVES

## A MAIOR AMEAÇA AO REGIME DEMOCRÁTICO

Passados onze anos sobre o 25 de Abril o regime democrático constitucional está mais ameaçado do que nunca. Os partidos do governo PS/PSD negociaram, entre si, em fins de 1984, um programa e um calendário de medidas e leis a aprovar e a pôr em prática até 14 de Julho, data até à qual o Governo pode ser demitido pelo Presidente da República. Se o Governo e os seus partidos conseguissem alcançar os seus objectivos o regime democrático teria sido completamente desfigurado e graves obstáculos teriam tido à reposição da legalidade constitucional.

Dos objectivos programados de destruição das conquistas de Abril, a curto prazo, os principais são:

- abertura das empresas públicas e dos bancos nacionalizados ao capital privado por meio de alterações ao estatuto das empresas, permitindo aumentos de capital social a subcrever pelos antigos monopolistas com as indemnizações recebidas (e aumentos a receber);
- destruição final da Reforma Agrária por meio de nova lei do latifúndio;
- roubo dos baldios aos povos;

— redução dos direitos dos rendeiros;

— redução do Poder Local (leis anti-autárquicas);

— liquidação do sistema eleitoral de representação proporcional;

— criação de novos dispositivos de repressão como sejam: Serviços de Informação (regulamentação), Lei de Segurança Interna (aprovação), flicagem aos cidadãos, Lei do estado de sítio e do estado de emergência (aprovação);

— governamentalização de órgãos de soberania e aparelhos de Estado (novas leis orgânicas e regulamentos);

— limitação drástica das liberdades e dos direitos dos trabalhadores; nova legislação sobre partidos políticos, sobre os direitos de reunião e manifestação, nova lei de imprensa, limitação do exercício do direito à greve, permissão do lock-out, supressão dos direitos sindicais, de direitos dos trabalhadores da Função Pública;

— liberalização dos despedimentos;

— generalização do emprego precário;

— aumento das rendas da casa;

chefes militares, passando o governo a ter um poder decisivo na sua escolha, como já ficou demonstrado a propósito da nomeação do Chefe do Estado Maior do Exército pelo actual Governo;

— diminuição de poderes do Presidente da República em relação ao Governo;

— criação do Conselho de Estado e do Tribunal Constitucional com as suas respectivas composições e seus respectivos modos de nomeação;

— lei de Defesa Nacional e

das Forças Armadas, cujo articulado traduz, de uma ponta à outra, o objectivo de governamentalização das Forças Armadas;

A política de destruição do regime democrático, conseguida a partir do próprio Governo e do aparelho de Estado é, em grau determinante, possibilitada pelo conjunto de condicionamentos derivados das alterações atrás indicadas, as quais influenciaram a correlação global de forças.

## CONSCIÊNCIA SOCIAL

Existem, neste momento, as condições objectivas (políticas, institucionais, económicas, sociais) para a demissão do Governo. Mas o Governo ainda não foi demitido. Porquê?

Porque não estão reunidas, por ora, as condições subjectivas, as quais são decisivas, uma vez que há condições objectivas para a demissão.

As condições objectivas são

aquelas que existem, quer se desejem ou não desejem, quer se tenha ou não tenha consciência da sua existência; existem independentemente da vontade do homem.

Os resultados da actividade dos homens, seja consciente, seja, pelo contrário, inconsciente, espontânea, são condições objectivas para o desenvolvimento ulterior da sociedade. Mas a actividade dos homens, desde que consciente, é uma condição subjectiva da história.

Os elementos da consciência social estão sempre presentes na actuação dos indivíduos, dos grupos, das classes sociais.

Para além das condições objectivas existentes numa determinada situação, influenciaram na formação da correlação de forças as condições subjectivas, ou seja:

— a compreensão, pelos homens, da sua situação concreta e do que há a fazer para a resolução dos problemas que enfrentam;

— o grau de consciência social; as acções conscientes; a organização e a vontade dos homens, das classes, dos partidos que lutam pela realização de determinados objectivos ou contra a realização desses mesmos objectivos.

continua na página 6

## A CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Por meio de resoluções do Conselho de Ministros, de despachos ministeriais, de decretos e decretos-leis, de leis da Assembleia da República ou por ela aprovadas, o Governo procura dar à prática anti-constitucional e ao facto consumado uma cobertura, um enquadramento, uma aparência legais. O Governo procura criar um quadro de leis que lhe permitam invocar a legalidade para, não só liquidar, de facto, a organização económica social instituída na Constituição, como também limitar os direitos, garantias e liberdades políticas e sindicais e, ainda, combater e desmobilizar a inevitável oposição das massas laboriosas e dos democratas, e recorrer à repressão utilizando as mais variadas formas de coacção psicológica e física (como a experiência tem mostrado).

Mas como é possível que, estando a Constituição em vigor, existindo um quadro institucional democrático no qual estão inseridos os órgãos de soberania e aparelho de Estado que constituem o poder político seja levada à prática uma política anti-constitucional e subversiva do regime, a partir do próprio Governo?

Esta facto explica-se porque, presentemente, a correlação global de forças, políticas e sociais, civis e militares, assim o possibilita.

Podem hoje observar-se, na realidade e sem sombra de dú-

vidas, quais foram os objectivos do PS, PSD e CDS ao aprovarem em 1982, na Assembleia da República, as leis de Revisão Constitucional, do Tribunal Constitucional e da Defesa Nacional e das Forças Armadas, cujas ameaças que traziam para o regime democrático foram, em devido tempo, denunciadas.

A maioria que aprovou estas leis não pôde alterar, como desejava, a essência da Constituição, nomeadamente no respeitante aos direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais, ao sistema de representação proporcional, aos princípios fundamentais da organização económica, aos limites materiais da revisão da Constituição. Este facto foi devido à luta tenaz da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas em defesa das conquistas de Abril.

Mas a maioria PS, PSD e CDS conseguiu introduzir alterações muito importantes na organização do poder político e no modo de relacionamento e articulação dos órgãos de soberania e aparelhos de Estado, que constituem o poder político, com fim de poderem vir a instrumentalizar ou a governamentalizar ou a partidarizar o sistema político ou seus elementos constituintes.

Estão dentro desta finalidade: — a redução de poderes do Presidente da República quanto à nomeação dos mais altos

# Há um 25 de Abril por cumprir

1. O 25 de Abril de 1974 é a referência cultural e política maior da história recente do nosso povo.

Rememorá-lo é, por isso, não só uma incursão histórica necessária mas, ainda, uma exigência de reiluminação do passado pela experiência do presente e de clarificação do presente pela experiência do passado.

25 de Abril de 1974 representa o início das grandes esperanças colectivas e também o começo do fim das grandes ilusões. Como acto simbólico e real libertador, nele se condensam as imensas energias da comunidade, submersas durante cerca de meio século, desencadeadoras do êxtase de uma grande convulsão social.

Com o *alimento* da ordem política fascista e colonizadora, o 25 de Abril de 1974 descobre a idade da libertação. E esta fenda na história donde emergem as mais complexas tensões sociais, corporaliza-se no mito da felicidade colectiva como efeito inevitável, e mecânico, do acto libertador.

Os dados da realidade eram, porém, outros e os maniqueísmos das teorias foram-se apagando numa democracia que por si só, na sua liberdade de decisão e escolha, não era capaz de realizar o bem-estar social e o desenvolvimento.

A irrupção do político no pós-25 de Abril constituiu a compensação para uma forma até aí mutilante de inserção social mas que, na sua avalanche inevitável, tendeu a *alargar* as múltiplas dimensões do real, na sua complexidade social, económica, mítica e afectiva.

O espaço dos confrontos sociais que o 25 de Abril manteve em aberto, durante um importante período, não foram, porém, social e culturalmente, referenciados por uma lógica política onde as alianças sociais e de projecto estivessem devidamente clarificadas.

O terreno das lutas nas instâncias do poder político, ao nível dos seus diversos centros, configurou-se, então, sobretudo,

por um espaço equivoco de alianças onde os *alinhamentos* dominantes se fizeram pela negativa, hegemonizados pelo temor das evoluções perversas do regresso ao *fascismo* ou do triunfo *estalinístico*.

A Constituição da República de 1976 ficou, porém, a *constituir* um momento particularmente incisivo de uma síntese histórica, de valores e princípios fundamentais, cuja plasticidade representa um espaço de compromisso social e de consolidação da vida colectiva.

2. Mas a democracia instaurada em 25 de Abril não se tem vindo a afirmar como um instrumento pleno de participação política, de liberdade de escolha e informacional, de realização da solidariedade Inter-individual e do desenvolvimento harmónico e real do todo nacional.

A crise económica em que vivemos, com índices significativos de redução do investimento, no alargamento do desemprego e dos salários não pagos, com a degradação dos níveis e das condições existenciais de largos sectores da população portuguesa, revela um Estado Democrático irrealizador da justiça social.

E a esse descrédito do sistema político acresce, ainda, a sua incapacidade em potenciar os melhores instrumentos de representação, o bloqueamento do quadro político-institucional no sistema de direcção do Estado, a sua governamentalização e partidocracia, a manipulação da comunicação social, e, *galopantemente*, o seu *telecomando* pelos poderes invisíveis dos interesses privados.

Ao fracassar como meio de resolução dos problemas sociais, o regime democrático-institucional fragiliza-se como representação orgânica dos cidadãos e da sociedade em geral. E, nesse apagamento constante, a democracia percorre, então, um caminho perigoso cuja *anomia* tem que ser combatida por uma nova cultura e uma nova prática política, isto é, um novo pensamento e uma

## ALBERTO MARTINS

nova forma de acção política.

O potenciar desta mudança — o 25 de Abril por cumprir — exige agentes políticos capazes de assumir um projecto alternativo de desenvolvimento e participação. Uma nova carta de projectos colectivos — no âmbito de uma projecção mais global — representada por agentes políticos de provada credibilidade, constituirá um caminho necessário para a obtenção de um renovado elean nacional. Um país que foi império e país de embarque tem de, urgentemente, reencontrar a idealidade colectiva que lhe traga uma nova rota a percorrer em terra. Como diz Jorge de Sena, «as pátrias velhas não se inventam: vivem-se».

O reviver dessa nossa identidade supõe, todavia, um modelo inventivo e eficaz de desenvolvimento que vá ao encontro da melhoria das condições e qualidade de vida do povo português, e que este compreenda e assumo, como um desejo e uma realidade de que seja parte. Modelo esse em que se recoloca a política, não como um espaço de manipulação, mas como um quotidiano de liberdade e transparência, capaz de realizar um novo equilíbrio entre as pessoas e entre estas e a natureza.

A pluralidade dos caminhos possíveis, no quadro dos recursos humanos e materiais que a cada momento se inventariam, e a sua evolução previsível, supõe uma também renovada organização política e social, desde logo, ao nível da real descentralização dos poderes do Estado, da concertação entre os sectores público e privado, entre o plano nacional e os planos regionais, sectoriais e de empresa e, ainda, ao nível autárquico, sindical e cooperativo.

\* Advogado, Presidente da Associação Académica de Coimbra aquando da «crise de 1969». Fundador do MAD.

CLÍNICA GERAL

J. Pinheiro de Moraes

RUA 20 N.º 300

TELEF. 720452

Moreira da Costa

CIRURGIA GERAL  
E VASCULAR

Rua 20 n.º 520-1.º

Telefone 721014

E S P I N H O



## 25 DE ABRIL:

## ALGUNS PERFIS PARA UM TEMPO QUE CORRE

Há precisamente onze anos, os portugueses não circularam com o à-vontade e o despreendimento com que o fazem hoje, nas ruas desta cidade como por todo o país. Condiicionados por velhos temores e por declarações em catadupa — uma mesma declaração, muitas vezes repetida, ilustraria já um bloqueio de nascença? —, os portugueses, muitos deles, manter-se-iam expectantes em suas casas ou arriscariam, alguns poucos, uma passagem rapidíssima pelas ruas, quase desertas. O silêncio, o corriqueiro, a fatalidade ganharam de rompante, mesmo que fugazmente, as cores do que é anacrónico, do passado. Cochichava-se ainda. Mas em

muitos lugares onde nem sequer o cochicho, a vaga especulação ou suspeita sobre os destinos político e social do país tiveram algum dia espaço de mínimo exercício. Embora de contornos indefinidos, o golpe militar da madrugada de 25 de Abril de 1974, sucessor directo de um outro, abortado, de cerca de um mês antes, impunha-se já como algo que dificilmente, quanto mais não fosse pelas retaliações — caso se gorassem —, deixaria de ter avultadas consequências.

É costume dizer-se, quando eventos ou personagens de envergadura são muito recentes, que há que dar tempo ao tempo — expressão curiosa — pa-

ra que deles possamos fazer um juízo mais imparcial e, concluído, mais rigoroso. Isto é, colocando-nos fora da cena, o rigor iluminar-nos-á. Na verdade, não é espúrio afirmar-se que, mais tarde, o que pareceu então importante ganha muitas vezes reduzidas dimensões, surgindo como o que foi decisivo aquilo que, em seu tempo, desprezamos ou subestimámos. Só que, para todos os efeitos, o que agora somos e o que de nós fizemos passou por essa ilusão «primeira». Outras lhe seguirão.

O que aconteceu, as suas sequelas e a consciência que de tudo isso temos em que medida responderão pelos dias de hoje? As estimativas atro-

pelam-se, dentro de um mesmo discurso. Como veremos mais adiante, o que pensa e sente o «homem da rua» distingue-se, do que os responsáveis autárquicos afirmam e sugerem, por exemplo. Questão, apenas, de mais ou menos informação, de maior ou menor perspectiva global do que aconteceu?

Terá o «25 de Abril» sido apenas um queimar de etapas dentro de um modelo de desenvolvimento mundial que ameaça sucumbir com o planeta? Terá constituído o último episódio «revolucionário» de uma Europa que não mais os permitirá (o que parece ser contradito pelas greves selvagens registadas este mês na Dinamarca)? Será, nas

glórias como nas misérias o herdeiro de um regime extinto e/ou a pedra de toque daquele que inaugurou?

«Defender» e «prosseguir» o quê, senhores? Há onze anos, os portugueses, na sequência de um golpe militar, foram capazes de um momento (efémero, seja) de limpidez de conquistar aquela liberdade «sem a qual nenhuma é possível», como escreveu Jorge de Sena, mas pela qual, conquista, adquirimos indistintamente a responsabilidade de responder todos os dias. Esse momento passou em definitivo, num tempo que corre. Trata-se de conceber outros, muitos outros, para que outro tempo não nos reste.

## MARE-RUA

## A GENTE QUE PASSA...

Deliberadamente, a reportagem do «Maré Viva» foi ao encontro de indivíduos com idades muito diversas, alguns para quem 1974 é uma data algures na infância. Fora esta norma, nenhuma outra foi seguida. Não se trata de uma sondagem. Os «apanhados» que aqui publicamos afirmam-se como simples perfis.

Onze anos decorridos, que juízo fará a gente que passa do 25 de Abril? E de viver em Espinho?

«Não sei arrumar ideias mas digo-lhe que, depois do 25 de Abril, não tem sucedido grande coisa: uns lixos, uma estrada. O senhor presidente faz alguma coisa: uns lixos, uma estrada»



e grandes limpezas em Anta. O povo deixava lá muito lixo; agora há uns tractores. O problema é que andam sempre a mudar as pessoas na Câmara e nas Juntas. Mas o que lá estava antes só queria saber da «bola».

Alfredo Rodrigues  
mestre de pichalaria  
reformado, 69 anos

«O significado do 25 de Abril não sei. Mais liberdade... As famílias são iguais ao que



eram. A cidade está mais evoluída, mais bonita... o Casino, por exemplo. Mas deixaram abaixo coisas que também eram bonitas».

Isabel Maria, desocupada,  
14 anos

«Do 25 de Abril não tenho ideia. Sei alguma coisa do que aconteceu mas os meus pais não falam disso. Mas pode-se, agora, falar à vontade, senão nem lhe estava a dizer isto no



meio da rua. Tem-se feito pouca coisa, mas estes tempos são melhores».

Fernando, operário  
metalúrgico, 21 anos

«Eu estive com a minha família na Venezuela e só viemos para cá há pouco tempo. Quando soubemos do 25 de Abril, a princípio, ficámos assustados, não sabíamos o que iria acontecer. Depois, pensei que fosse



para melhorar. Agora, não sei. O custo de vida... Foi como na Venezuela. O anterior Presidente fez-nos a vida negra. O que lá está agora faz o mesmo».

Maria Laurinda,  
doméstica, 43 anos

«Depois do 25 de Abril, houve uma série de melhoramentos, em Espinho, por exemplo; mas isso dever-se-á mais à lógica das coisas do que ao 25 de Abril. Aquilo não podia



ser, tinha de mudar. O 25 de Abril não é um marco decisivo, mas foi importante. A actual crise, entretanto, não era difícil de adivinhar...»

Fernando Pinto, trabalhador  
não assalariado, 54 anos

«O dia-a-dia melhorou um bocadinho. A mocidade, todavia, sentirá hoje uma certa falta de objectivos, tem menor predisposição para o estudo. O 25 de Abril não teve grande influência».

Manuel Barbosa, professor  
de ginástica, 31 anos

«Na vida da cidade, não sei o que se terá passado. Com o 25 de Abril, em termos gerais, gerou-se uma grande expectativa, mas afinal... Muita gente quis obter um primeiro emprego e não conseguiu. Faz-se o que se pode. Uns biscoitos... Depois do 25 de Abril o relacionamento entre as pessoas é tão difícil como era dantes».

Anónimo, desempregado,  
27 anos

«Nos últimos anos, a minha vida tem piorado, economicamente. Trabalho demais para poder sustentar-me e à minha família. Dantes, sempre guardava algum dinheiro, e já era pouco... Na cidade, pouco de melhor se vê. O 25 de Abril foi muito importante: eu dantes era camionista e se bufasse, vinha para a rua. Mas o dinheiro chegava... Mundialmente, sabe-se que os portugueses não vivem debaixo de uma ditadura, e isso é importantíssimo. Mas há muitas coisas más, hoje em dia: olhe os mictórios da CP, um nojo! Há muita gente que abandalha. Não há gosto, e repare que devíamos mostrar aos tipos da ditadura que somos melhores do que eles».

Quanto à Câmara, é como se não existíssemos. Dão alvarás a torto e a direito e acabam todos prejudicados».

Manuel Oliveira, taxista,  
55 anos

## OS AUTARCAS QUE PASSAM

Em que foi o 25 de Abril responsável pelas transformações verificadas (se as houve) na área do chamado «poder local»? Que perspectivas, hoje?

Seguem-se, devidamente identificadas, as declarações que colhemos dos autarcas do concelho. Vontades e dificuldades bizarras, no mínimo, não permitiram a este jornal uma total cobertura. Ausências há que valerão por falta de comparecimento.

ARTUR BARTOLO  
(C. M. de Espinho)

— As implicações no poder local caracterizaram-se por uma legislação que veio permitir uma autonomia aos órgãos municipais e possibilitar a participação das populações na defesa dos seus interesses.

Foi esta uma das mais importantes influências que o 25 de Abril teve no Poder local.

— Entendo que se as populações souberem defender os direitos adquiridos com o 25 de Abril, verão alargar-se extraordinariamente as perspectivas de futuro.

MANUEL FABIANA  
(J. F. de Silvalde)

Para mim, a mudança ocasionada pelo 25 de Abril foi muito boa. Quanto mais não fosse, porque a partir dessa data as Juntas de Freguesia passaram a poder gerir os seus próprios destinos e ganharam maior predisposição para constatar, directamente, quais os problemas que lhes compete resolver. Em termos pessoais, como presidente, a minha experiência tem sido válida, havendo uma estima e entendimento recíprocos entre mim e a população de Silvalde. Há muito a fazer, ainda, e um presidente tem grandes responsabilidades. Quem me vier substituir neste lugar tem de continuar a obra encetada e manter-se constantemente a par dos problemas concretos dos seus eleitores.

JOAQUIM SA  
(J. F. de Guetim)

O 25 de Abril foi maravilhoso para as autarquias locais. E

basta, para o provar, esta simples constatação: fez-se imensamente mais nos últimos 11 anos do que nos trinta a eles anteriores. Foi e é uma questão de regime político: o anterior não permitiu o desenvolvimento de um trabalho de Junta válido, ao passo que este favorece-o. Entretanto, no momento presente, creio que estamos a atravessar uma fase crucial. Este ano, temos de dar um salto em frente. É que, neste período que decorreu desde o 25 de Abril de 74, nem sempre o trabalho que há a fazer registou uma «subida», digamos. Os últimos 4 anos corresponderam, de algum modo, a uma paragem. Há que saltar, e vai-se saltar. Tenho fé nisso.

ROMEU VITÓ  
(J. F. de Espinho)

Após o 25 de Abril, houve realmente uma grande mudança no que respeita à vida das autarquias, dado que passámos a dispôr de maiores poderes para a resolução dos nossos próprios problemas. Como presidente, posso dizer que a época em que o trabalho da Junta se resumiu a passar atestados acabou, e eu e os presidentes a mim anteriores sempre fizemos por que tal acontecesse. Passados onze anos desde aquela data, penso que temos de trabalhar mais e melhor, o que significa que tem de haver uma maior coordenação entre as Juntas e a Câmara Municipal, o que nem sempre tem sucedido, registando-se casos de flagrante inoperância a esse nível. Isto é imprescindível para que possamos garantir a realização dos melhoramentos para que os eleitores nos elegeram.



# No 11.º Aniversário do 25 de Abril

## REFLEXOS DA POLITICA DO GOVERNO

O Governo degrada a situação social. Cresce o número de desempregados, de trabalhadores com salários em atraso, de contratados a prazo, de jovens à procura do primeiro emprego. Plora a situação dos reformados, dos pensionistas, dos idosos, dos deficientes. Cresce, dia-a-dia, a insegurança social.

O Governo não respeita os direitos dos cidadãos, as leis laborais, o pluralismo da informação. Manipula, sem escrúpulos, a comunicação social estatizada.

O Governo põe em prática uma política de desmantelamento e ruína das empresas públicas ou apóia o desmantelamento de grandes empresas privadas, que são baluartes da classe operária, do movimento sindical.

O Governo pratica e fomenta a discriminação no aparelho de Estado, nas empresas públicas e nas nacionalizadas, patrocina a ofensiva do patronato contra os trabalhadores.

O Governo pratica uma política económica, financeira, diplomática e militar de crescente dependência externa.

Todas estas acções têm reflexos na consciência social das grandes massas da população. São acções que, de par com a destruição das conquistas de Abril, se conjugam e visam reimplantar, em Portugal, um clima de insegurança, de medo, de divisão entre os trabalhadores e entre a população, de desconfiança. Essas acções visam reimplantar um clima desmobilizador da oposição à política do Governo e da contra-revolução, de desinteresse pela acção política e sindical e de aceitação passiva, fatalista, resignada, de relações sociais, de relações de trabalho da mesma natureza de exploração das que existiam no tempo do fascismo.

A própria política de degradação económica e social para a grande maioria da população tem por fim fazer acreditar que são o 25 de Abril e as transformações democráticas alcançadas os causadores desta situação de crise. Essa política tem por fim fazer as pessoas perderem as esperanças, afastarem-se da política e da luta pelos seus mais elementares e legítimos direitos, como sejam, os direitos ao trabalho, à saúde, ao ensino, à segurança social, à habitação, ao recreio, à cultura e ao desporto.

## PARTIDOS SOCIALISTAS, OFENSIVA DO CAPITAL

Ao mesmo tempo, a política externa de recuperação capitalista conduziu, deliberadamente, o país a tal situação de dependência económica e financeira, face ao grande capital internacional e ao imperialismo, que a enorme tarefa que se coloca, aos portugueses, de travar a crise e de fazer o país sair dela, faz hesitar muitos democratas, que estão descontentes com o Governo, em se empenharem abertamente na acção mobilizadora, unitária, patriótica por uma alternativa política que salve Portugal do desastre.

A nível da consciência social, a compreensão dos fins que o Governo tem em vista alcançar e do modo de os combater, bem como a unidade e a mobilização para a luta tornam-se mais difíceis em largos sectores da população, precisamente porque o Partido Socialista está no Governo e tem sido o seu secretário-geral a dirigir a política contra o Portugal de Abril.

Contudo, este fenómeno que se verifica entre nós, não é único na Europa. Ele é um dos fenómenos que caracterizam, hoje, a nível internacional (quando se verifica o agravamento da fase actual da crise do capitalismo) a ofensiva do grande capital e dos monopólios contra os trabalhadores.

A chamada modernização da economia e a gestão da crise do capitalismo, feitas à custa do desemprego, do sacrifício e do sofrimento de milhões e milhões de trabalhadores nos países capitalistas, é, em muitos deles, dirigida por partidos socialistas, cujas direcções põem de parte os próprios princípios reformistas.

## UMA DEMOCRACIA NÃO BURGUESA...

A nível da consciência social há ainda outro aspecto que devemos ter em conta.

Em Portugal, depois do 25 de Abril, foram realizadas profundas transformações nas estruturas sócio-económicas e políticas que deram à democracia portuguesa um substancial conteúdo político, económico e social, muito para além da democracia política burguesa. As modificações estruturais alteraram as relações de propriedade dos principais meios de produção e solos, liquidando os grupos monopolistas e parte do latifúndio.

A nível da consciência social a realização destas transformações fez surgir na consciência de muitos homens e mulheres reflexos da ideologia da propriedade privada, tão profundamente arraigada em largos sectores da população.

E de par com estes reflexos surgiram os receios, as reservas, o medo da transformação social, em particular nas camadas intermédias da sociedade.

Por estas razões, largos sectores das camadas e classes sociais não monopolistas e não latifundistas, para os quais, objectivamente, a nossa Constituição é uma verdadeira plataforma de convergência e de entendimento, são levados a não distinguir quer a propriedade dos principais e dos grandes meios de produção, quer o latifúndio, da pequena e média propriedade agrícola, industrial e comercial, cuja influência no sistema económico é de grau e de natureza muito diferente da grande propriedade.

**FONSECA**  
**TECIDOS**  
**MODAS**

Rua 19 n.º 275 - Tel. 720413

ESPINHO

continuação da página 4

## UNIDADE: O ÚNICO CAMINHO

Os aspectos da situação que apontámos atrás em linhas muito gerais, respeitantes à consciência social criam, neste momento, dificuldades à unidade entre os diversos sectores da população que sofrem as consequências da política de desastre nacional e estão contra essa política.

Para a demissão do Governo, para a saída da crise é necessário vencer essas dificuldades.

Essas dificuldades só poderão ser vencidas lutando tenazmente pelo entendimento, pela convergência, pela unidade. Informar, esclarecer, ajudar e estimular as pessoas a analisar a situação com isenção, objectividade, realismo, perspectivas de futuro. Ter confiança nas próprias forças, confiança que não é uma atitude voluntarista, mas uma atitude que resulta da própria experiência de 9 anos de luta continuada contra a política de restauração capitalista. Luta que tem conseguido numerosos êxitos parciais em todos os campos em que tem sido desenvolvida. Luta que impediu até hoje que os governos da AD e do PS/PSD alcançassem os seus objectivos de liquidação das conquistas de Abril.

A missão dos elementos mais esclarecidos e combativos da classe operária, dos trabalhadores, das camadas intermédias é estimularem. Intensificarem a luta de massas, unirem os mais vastos sectores da população que sofrem as consequências da política do governo PS/PSD, na defesa do Portugal de Abril.

É este o único caminho que os trabalhadores e a maioria da população têm para travar a política que conduz o país ao desastre.

É este o meio que têm os trabalhadores e a maioria da população para, no respeito do regime democrático e do funcionamento das instituições competentes, influenciarem a modificação da correlação de forças no sentido de reunir as condições subjectivas necessárias à demissão do Governo e à criação da alternativa política para vencer a crise e reconduzir Portugal aos caminhos da Constituição, aos caminhos de Abril.

Lisboa, 9 de Abril de 1985

\* sub-títulos da redacção



## A nossa primeira página:

Retrato  
do artista

Jaime Azinheira, o autor da gravura da primeira página desta nossa edição especial de 25 de Abril, nasceu em Peniche, em 1944. Após concluir o Curso Geral de Comércio em 1962, foi bolseiro, no ano lectivo de 1964/65, da Fundação Calouste Gulbenkian para a frequência da Escola Superior de Belas Artes do Porto. De 1970 a 75, trabalhou como *designer* de mobiliário para uma fábrica da região de Gaia, desenvolvendo, paralelamente, actividades ligadas às artes gráficas em geral.

Entre as exposições em que figuraram obras de sua autoria, salientamos as 2.ª, 3.ª e 4.ª Bienais de Vila Nova de Cerveira, onde obteve uma menção honrosa e um prémio, a mostra de artes plásticas «Lagos 82», a sua primeira exposição individual, na Cooperativa Arvore, no Porto, a 1.ª Exposição Colectiva de Artistas de Gaia, em 83, e, no ano seguinte, «Esculturas no Jardim», certame promovido pela Delegação do Norte do Ministério da Cultura e em «15 Kunstler aus Porto».

Volta a ser bolseiro da F. C. Gulbenkian, encontrando-se representado por uma obra de escultura no seu Centro de Arte Moderna, e ainda na Casa-Museu Teixeira Lopes, em Vila Nova de Gaia, na Delegação do Ministério da Cultura, no Porto e na Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira. Actualmente, é professor assistente eventual da ESBAP, membro da direcção da Cooperativa Arvore e do Grupo de Intervenção Cultural «Artistas de Gaia».

Pela sua colaboração com este Jornal, a nossa viva simpatia.

## A. Moreira da Costa

CLINICA GERAL

Rua 19, 364 — Tel. 721218  
2.ª e 6.ª feira

Rua 16, 789 — Tel. 722695  
3.ª feira

## RIFAS DA NASCENTE

10.ª SEMANA — 18/4/85

508 — Baltazar Gomes Silva	— 15.000\$00
772 — F. Sousa Pereira	— 5.000\$00
612 — Maria Aurora Moraes	— 2.000\$00
008 — José Nunes Martins	— 1.000\$00
108 — Maria Carmo E. S. R. Barros	— 1.000\$00
208 — Manuel Fernando Rosado Lopes,	— 1.000\$00
308 — Manuel Libânio	— 1.000\$00
408 — Maria Margarida T. Vale	— 1.000\$00
608 — José Nogueira	— 1.000\$00
708 — António Couto	— 1.000\$00
808 — Carlos Manuel M. P. Loureiro	— 1.000\$00
908 — Carlos Pereira	— 1.000\$00

## Casa ZÉ

PAPELARIA — LIVRARIA — TABACARIA — UTILIDADES  
FOTOCOPIAS

**José Alfredo Soares Rodrigues**

R. 19-1451 - ☎ 724887 - Apart. 164 - 4502 ESPINHO Codex

**Princessa**  
SALÃO DE CHÁ — CONFEITARIA

RUA 26 N.º 267 TELEF. 724138 ESPINHO



## VOLEIBOL

## S. C. E. mais perto do título

Com o pavilhão Arq.º Jerónimo Reis completamente cheio de um público vibrante, que teve oportunidade de assistir a um excelente jogo de voleibol, iniciou-se no sábado a fase final do Campeonato Nacional de Voleibol da 1.ª Divisão.

## SCE, 3 — LEIXÕES, 1

Parciais: 15-8 (26 m.); 15-7 (23 m.); 12-15 (19 m.); 15-10 (27 m.).

Árbitros: Alcides Gama (Lisboa) e João Cantarino (Porto). SCE — José Cadete, Fernando Tomás, Fernando Castro, Carlos Queirós, João Maduro, Filipe Pereira, Jorge Martins, António Pinto, Paulo Lemos, Krusta, Vitor Coelho e António Castro.

Leixões — Humberto Silva, Ilídio Ramos, Pedro Cardoso, António Cruz, Paulo Ferreira, Mário Cruz, Carlos Ferreira, Pedro Rocha, Pedro Oliveira, Joaquim Abreu e Paulo Riço.

Quem assistiu a este jogo, ficou de certeza satisfeito com o bom espectáculo, que teve oportunidade de presenciar. De facto, espinhenses e matosinhenses, realizaram uma partida, que só está a alcançar das boas equipas.

Foi com todo o merecimento que os tigres venceram esta partida, pois ao longo de todo o jogo, foi a equipa que apresentou melhores situações de ataque e melhor bloco. O bloco espinhense, com uma altura acima da média, não permitia a concretização dos esquemas de ataque da equipa do Leixões, para de seguida o seu ataque com boas combinações e muita velocidade ir fazendo os pontos necessários para vencer os sets.

O terceiro set, tal como o resultado indica, foi o mais equilibrado. Mas aí, o Leixões jogou tudo por todo. No entanto, no quarto set o Espinho agigantou-se e de novo não foi o Leixões capaz de encontrar soluções para os problemas postos pelos locais.

No SCE, onde todos estiveram bem, não queremos deixar de realçar as boas exibições de

Vitor Coelho (jogador muito inteligente), Fernando Castro e Filipe Pereira, tendo este feito uma exibição espectacular, tanto a defender como a atacar ou ainda a distribuir.

Da arbitragem, só podemos dizer, que esteve ao nível do jogo.

No final deste encontro registámos as Declarações do técnico espinhense que nos disse: «Estou satisfeito pela vitória alcançada mas também por ter assistido a um jogo de tão alto nível. O Leixões foi um digno vencedor e tudo fez para dignificar o espectáculo. Somos a partir de agora o mais sério candidato ao título, embora nos esperem batalhas difíceis. Para levar de vencida essas batalhas, esperamos o apoio da nossa

António Pinto, Paulo Lemos, Krusta, Vitor Coelho e António Castro.

Sentido que este jogo era decisivo para ainda poder aspirar ao título de campeão nacional, o Porto realizou exibição espectacular. O SCE, contudo, não se atemorizou com o jogo do adversário, e fazendo uma demonstração de como se deve jogar voleibol, levou de vencida a equipa portista.

O jogo foi altamente emotivo, com muitos nervos à mistura, o que às vezes tirava discernimento aos jogadores de ambos os lados. Desde o primeiro ao último set, o jogo foi disputado ponto a ponto e a melhor capacidade técnica da turma espinhense, foi factor determinante na vitória final.

## JUVENIS MASCULINOS

No passado fim-de-semana, começou a segunda fase deste campeonato, sendo de realçar o bom comportamento da equipa do SCE.

No primeiro jogo realizado em Lamego, os espinhenses derrotaram a equipa local por 3-1, após boa exibição.

Depois da vitória em Lamego, os espinhenses deslocaram-se no domingo, até

ao recinto do Leixões, para defrontar esta equipa. Realizando de novo boa exibição, os tigreiros, chegaram com facilidade aos 0-2, mas depois incompreensivelmente, deixaram que os locais reagissem e ganhassem o jogo por 3-2.

Resultados:  
Col. Lamego, 1 — SCE, 3  
Leixões, 3 — SCE, 2

massa associativa, que vai ter de certeza uma grande alegria.

A segunda jornada desta fase, realizou-se no domingo, pondo frente a frente as turmas do F. C. Porto e do S. C. Espinho. Este jogo era de facto dos mais difíceis que a turma espinhense tinha que realizar até ao fim do Campeonato.

Os portistas apresentaram um serviço muito agressivo, que aliado a uma defesa baixa e um bloco bastante alto e bem organizado, não concedia facilidades ao conjunto espinhense, que sentiu mais dificuldades do que normalmente costuma sentir.

Por sua vez os espinhenses fazendo uma exibição dentro daquilo que lhe tem sido habitual, com bom bloco, boa defesa baixa e muito bom serviço, acabaram por proporcionar um belo espectáculo a quantos ocorreram ao pavilhão das Antas.

A arbitragem esteve de novo em bom plano.

Na equipa do Espinho, o destaque vai para Fernando Castro e para José Cadete.

## F.C. PORTO, 1 — SCE, 3

Parciais: 14-16; 7-15; 15-8; 15-17.

Árbitros: João Teotónio e Arnaldo Rocha.

SCE — José Cadete, Fernando Tomás, Fernando Castro, Carlos Queirós, João Maduro, Filipe Pereira, Jorge Martins,

e Agostinho Azevedo 25.º — 1.º por equipas.

VETERANOS — Alberto Silva 11.º, Artur Faustino 14.º e José Teixeira 16.º. Neste escalão com o reforço de dois elementos neutros o CAE conquistou o 2.º lugar por equipas.

SENIORES — Joaquim Azevedo 16.º, Nuno Rendeiro 31.º, Joaquim Sousa 44.º e Albino Mendes 57.º.

Foram conquistadas 4 taças por equipas e 3 individuais, medalhões e medalhas.

Daqui para a frente começam a aparecer a maior força das provas no distrito do Porto e Aveiro e o CAE luta com o flagelo do transporte e apela a alguns carolas que queiram ajudar nesta carência que contacte com esta secção na sede do Clube, o que muito agradece.

## A VARINA

Especialidades:

Arroz de marisco, Lulas, Caldeirada, Bacalhau, Rojões e as famosas papas de sarabulho.

SERVIMOS PARA FORA

R. 2 N.º 1269 — ESPINHO  
Telef. 724630

## GINÁSTICA

## A.A.E., em Prova Internacional

A Associação Académica de Espinho, secção de ginástica, vai participar no próximo dia 27, sábado, na 1.ª Competição Internacional do Norte de Ritmica Desportiva, para ginastas até aos 14 anos.

A representar a AAE vão três atletas: Rosário Branha, Susana Cruz e Sandra Pereira, alunas de Ritmica Desportiva da classe da prof. Alice Rocha.

Esta competição, que se realiza pela primeira vez no norte do país, é aberta a todos os clubes portugueses e conta com a presença de três clubes espanhóis.

## Casa MARRETA

Pedro da Silva Lopes

Especializada em:

Arroz de marisco, Lulas, Enguias, Caldeirada, Açorda de peixe, Bons vinhos

Rua 2 n.º 1355 — ESPINHO  
Telef. 720091

## FUTEBOL

## Felgueiras, 2 - Espinho, 1

## RESULTADO CERTO ERA O EMPATE

Jogo no Estádio Dr. Machado de Matos, em Felgueiras.

Árbitro: Raul Nazaré (Setúbal)  
Felgueiras: Djair; Ramalho, Toni, José Cândido e Laureta; Garrincha, Marçal (Toninho, aos 78 m.) e Joaquim Rocha (Abílio, aos 88 m.); Salvador, Jairo e Nogueira.

SCE: Rui; Jaime, Freitas, José Augusto e Elisau; João Carlos (Oliveira, aos 68 m.), Carvalho e Manuel Jorge; N'Habola, David e Darlo.

Marcadores: Nogueira (aos 22 m.), N'Habola (aos 51 m.) e Jairo (aos 84 m. g. p.).

O Espinho sabendo que só a vitória servia aos seus anseios, começou a jogar desde início ao ataque. A essa toada ofensiva responderam os locais, e o gol rondou uma e outra baliza.

Por volta dos 15 minutos, os tigres, poderiam ter inaugurado o marcador, mas a defensiva visitada, conseguiu conjurar o perigo. Acabaria por ser o Felgueiras, a equipa mais feliz, e aos 22 minutos, inaugurou o marcador por intermédio de Nogueira.

Os espinhenses, não acusaram o toque e continuaram a desenvolver o seu futebol de ataque. Aos 41 minutos e após boa jogada do ataque da turma espinhense, N'Habola entrou de rompante e estabeleceu a igualdade, que se manteve até ao intervalo.

## FUTEBOL POPULAR

## RESULTADOS

Disputou-se este fim-de-semana, mais uma jornada (a 16.ª) do Campeonato Popular de Futebol do Concelho de Espinho, tendo-se verificado os seguintes resultados:

Série A: Ronda, 2 — Belemenses, 2; Ag. Paramos, 0 — Qt.º Paramos, 3; Cruzeiro, 1 — Idanha, 1; Estrelas, 3 — Ag. Bairro, 2; Ass. Esmojães, 2 — Leões, 3.

Na segunda parte, os tigres, apareceram dispostos a modificar o resultado. Fazendo pressão sobre o adversário, o Espinho, dominava o jogo em todo o campo. Neste período o gol esteve por várias vezes a surgir, mas a boa actuação da defensiva da casa, a evitando que tal acontecesse.

Aos poucos o Felgueiras foi equilibrando o prélio e então o jogo repartiu-se pelos dois meios campos. Assistiu-se depois a um bom período de futebol, com as defesas a levarem a melhor sobre os ataques. A entrada dos últimos 10 minutos, as equipas pareciam satisfeitas com o empate verificado. Foi então que num rápido ataque da equipa local e quando uma defesa espinhense desviava a bola, o árbitro entendeu que esta foi desviada com o braço e ordenou a marcação do respectivo castigo máximo. Jairo, chamado a converter, não perdeu.

Os tigres, ainda tentaram chegar ao empate, mas tal não aconteceu, e o encontro findou com a vitória do Felgueiras. Por tudo quanto se passou, os tigres não mereciam sair derrotados.

O árbitro, quando da jogada que originou o penalty estava em cima do lance e só ele poderia ajuizar se o mesmo existiu ou não. No resto esteve razoável.

Série B: Académico, 1 — Cantinho, 2; Rio Largo, 4 — Guetim, 1; Ag. Anta, 1 — Sp. Esmojães, 2; Silvaldinho — Magos (foi adiado por ausência da equipa de arbitragem).

Em relação a este campeonato a assinalar que o campo do Rio Largo se encontra neste momento em obras, pelo que os jogos a disputar neste recinto estão a ser transferidos para outros campos.

## ANDEBOL

## SCE, 21 — Académico, 18

SCE — Graça, Vera, Rita (1), Carmo (6), Paula Moreira (1), Cristina (1), Raquel, Paula Rodrigues (11) e Teresa (1).

Árbitros: José Marques e Amélia Ribeiro.

Todos quantos assistiram a este jogo, devem ter ficado satisfeitos, pois tiveram oportunidade de assistir a um excelente jogo de andebol, disputado do primeiro ao último minuto a boa velocidade.

Defendendo melhor que nos últimos jogos (defesa muito

agressiva), e partindo rápido para o contra-ataque, não era difícil às jogadoras locais, aparecerem em boa posição de alvejarem a baliza contrária. Para esta movimentação táctica, muito contribui a guarda-redes Graça, que lançava frequentemente as suas companheiras em contra-ataques, de tal modo, que muitos acabaram em golos.

As atletas visitantes, não conseguiram encontrar a melhor maneira de contrariar o melhor jogo das moças locais, e só a fraca arbitragem, permitiu um resultado tão equilibrado.

Nunca esteve em dúvida a vitória das espinhenses, que desta vez estiveram francamente melhor que nos jogos contra as equipas do Sul.

No jogo de sábado, o destaque vai para Graça, pelo que defendeu e pela maneira como lançava as suas companheiras para o contra-ataque. Também queremos destacar Carmo, pelo que jogou e Paula Rodrigues pelos golos que marcou.

Arbitragem de fraco nível técnico.

É com prazer, que registamos o facto de um dos elementos do duo de arbitragem, ser uma mulher e ser de Espinho.

## ATLETISMO

## Francisco Azevedo C.A.E. foi o primeiro júnior em Oleiros

Francisco Azevedo do CAE foi o grande vencedor em juniores, nas provas disputadas em Oleiros no passado dia 21, onde também se destacaram os 2.º lugares de Isabel Teixeira e António Cardoso.

## Classificações:

## FEMININOS

JUVENIS — Deolinda Paula 5.ª e Fernanda Leite 17.ª.

SENIORES — Isabel Teixeira 2.ª, Paula Valente 4.ª, Conceição Santos 10.ª e Mónica Pereira 16.ª — 1.ª por equipas.

## MASCULINOS

INICIADOS — António Cardoso 2.º, Carlos Manuel 11.º e Nuno Filipe 24.º — 3.º por equipas.

JUVENIS — Manuel Oliveira 9.º, Manuel António 28.º e Rui Gomes 57.º.

JUNIORES — Francisco Azevedo 1.º, Manuel Azevedo 10.º, Jorge Azevedo 12.º, Jorge Teixeira 15.º, António Paulo 19.º



# Samuel:

## "Quem quer vender a uma editora tem que se auto-censurar"

Samuel Leonor Lopes Quedas nasceu há 32 anos na Malveira. Começou a cantar há 13 anos, tendo percorrido desde então um caminho de certa forma distante dos círculos comerciais das editoras discográficas. Tornou-se mais conhecido do grande público após algumas participações em Festivais RTP. É também um bom animador de plateias infantis.

**MV — Como é que aconteceu começares a cantar em público e tornares-te um profissional da canção?**

Samuel — Comecei a cantar há 13 anos por obra e graça do Zeca Afonso. Um acaso provocado. Tinha-o conhecido e quando, passado algum tempo, fui morar para Setúbal lá muito lá por casa; até que disse que cantava umas coisas. Creio que a primeira vez terá sido no Círculo Cultural de Setúbal. Mas a sério, lembro-me da Baixa da Banheira, numa colectividade, tendo entrado a certa altura uns convidados esquisitos, meio fardados, não chegou a acabar...

**MV — Falamos de discos...**

Samuel — O meu primeiro disco foi o Cantigueiro. Participei depois na «Fala do Homem Nascido». Tinha um projecto de LP mas só sete eram autorizados pela censura. Nunca mais quis gravar; depois do 25 de Abril achei que não devia gravar, só porque aquelas canções tinham sido censuradas. As primeiras edições que fiz eram de autor.

Era também uma época, 1975, em que se fazia uma média de 150 espectáculos por ano, o que não permitia que se pensasse muito nisso. Não se pode estar à espera que a cantiga chegue a ter «fólegos» para justificar um disco. A cantiga é de circunstância.

Neste momento tenho um projecto semelhante ao do Zé Mário Branco, isto é, a ideia de compra antecipada. Não se pode estar à espera que aconteça o milagre, para depois a editora se interessar.

**MV — Que importância tiveram, ou têm, para ti, os Festivais RTP?**

Samuel — Era uma altura em que várias pessoas apostavam em coisas diferentes. Os principiantes tentavam ser notados, as cantigas eram quase sempre dos mesmos autores. Claro que a Eurovisão é sem-

pre uma mira das editoras, falando em termos de mercado puro.

**MV — Falamos agora na diferença entre 75 e 85 no que diz respeito a espectáculos.**

Samuel — Actualmente fazem-se os espectáculos que é possível fazer. São os suficientes; durante um mês ou mais não há nenhum, depois há vários seguidos. É possível viver profissionalmente.

**MV — Deslocaste-te de Lisboa para o Porto, porquê?**

Samuel — É um facto que no fim de tarde e na noite lisboeta se arranjam muitos trabalhos, muito compadrio, amizades... Isso não é precisamente para o meu feitio; nunca acreditei no tipo de trabalho que se faz assim. Não sei nem quero saber como é que se fica sempre amigo de quem tem os cargos, mesmo que os cargos mudem de pessoa constantemente...

**MV — Tu também cantas para crianças, apesar de parecer que não exploras muito esse aspecto...**

Samuel — Sim. Faço pouco. Aproveito o que há, acreditando que os miúdos vão gostar. É um tipo de actividade que eu não enjeito: no Natal, etc. Há quem faça grandes promoções nessas épocas.

**MV — Gostávamos também de te perguntar o que significam para ti estes 11 anos após o 25 de Abril, na música e não só.**

Samuel — As coisas boas já se faziam antes e continuaram

a fazer-se depois. Não se subiu o nível. A liberdade de criação terá sido boa para os novos, mas está longe de ter sido positiva em todos os casos.

Antigamente havia a censura. Hoje, quem quer vender a uma editora tem que se auto-censurar.

Falando de outros aspectos, creio que, passado o grande sobressalto, o 25 de Abril se está a diluir, principalmente na cabeça dos mais novos que encontram uma situação de que não gostam, mas não podem fazer comparações. Houve algumas conquistas muito caras para alguns; ainda há coisas para defender, mas, em vez de se avançar, joga-se à defesa.

**MV — Quarta-feira à noite actuas em Espinho. Que ideia fazes da cidade e das pessoas?**

Samuel — Tenho uma ideia de Espinho: acho giro ter as ruas numeradas; é fácil encontrar a casa dos amigos. De resto, passo lá sempre no foguete, vejo aquela coisa feia que é o Casino e depois aquelas casas muito bonitas da Granja, mas já não é Espinho. Sei do Cinanima, nunca fui, mas agora passo a ir.

Quando fui há tempos a um espectáculo da Nascente, lembro-me que havia uma sala muito simpática, chela de gente que participava.

**MV — Pensas ir agora, passados alguns anos, encontrar a mesma sala?**

Samuel — É provável que vá encontrar o mesmo. As pessoas são fundamentalmente as mesmas. É uma data festiva; as circunstâncias proporcionam um bom ambiente.

### CORO POPULAR DA NASCENTE

#### Participação em espectáculos do 25 de Abril

Conforme noticiámos, o Coro Popular de Espinho será um dos participantes nas comemorações oficiais do 25 de Abril na nossa cidade, actuando na noite do dia 24 no Salão da Piscina municipal. Da sua actuação, constarão algumas canções de música popular portuguesa, excertos do espectáculo que será estreado em finais do mês de Maio, aquando das comemorações do 9.º aniversário da Cooperativa Nascente.

Este espectáculo — segundo conseguimos apurar — tentará retratar a vida do povo português, desde a infância até à morte, passando por todas as etapas ligadas à tristeza ou à alegria. Um espectáculo que, para além da música, incluirá também momentos de poesia e usará alguns slides que retratam algumas das cenas mais características das tradições portuguesas.

No dia 25 de Abril, o CPE actuará em S. João da Madeira.

### Comunicado da Comissão Promotora das comemorações do 25 de Abril

Com a aproximação do 25 de Abril, uma vez mais a Cooperativa Nascente e a Câmara Municipal de Espinho decidiram constituir-se em Comissão Promotora das Comemorações às quais aderiram várias associações (clubes, colectividades e sindicatos).

O fim da guerra colonial, que tantas famílias atingia, mutilando e ceifando vidas, e a destituição do regime e do seu principal aparelho repressivo. (a PIDE-DGS) não podem ser esquecidos.

As profundas alterações sociais e económicas verificadas (criação e desenvolvimento dos sectores cooperativo e nacionalizado) permitiriam a instituição do salário mínimo nacional que beneficiou mais de metade da população laboral, especialmente mulheres, a instituição do 13.º mês e do direito a férias com subsídio.

A liberdade de expressão e de associação abriram as portas à participação de muitos portugueses na vida pública (na gestão das autarquias, por exemplo) até então controlada pelos grupos económicos dominantes. Dinamizaram-se e criaram-se associações de carácter profissional, desportivo e cultural. O desenvolvimento de diferentes formas de expressão artística e sobretudo a participação de inúmeras pessoas na vida social

promoveram um enriquecimento cultural da generalidade da população que lhe confere uma nova dignidade e dimensão humana, impossíveis sem o 25 de Abril.

É verdade que, pouco depois, as classes mais privilegiadas, afastadas em 25 de Abril, se refizeram do susto e iniciaram a recuperação dos seus privilégios. A corrupção, o flagelo do desemprego, especialmente para os jovens, os salários em atraso e a fome em muitas famílias portuguesas são, em grande parte, consequências da sua influência em órgãos do poder.

Neste contexto, a comemoração do 25 de Abril não poderá limitar-se à evocação daquela data histórica, uma vez no ano, mas terá de ser, fundamentalmente, uma permanente conjugação de esforços das pessoas interessadas na defesa dos ideais de Abril e de novos caminhos políticos, capazes de manter e alimentar as esperanças numa vida melhor que Abril semeou em muitos Portugueses.

O 25 de Abril merece, impõe mesmo, o esforço de todos que o desejam defender e continuar.

A Comissão Promotora convida os Espinhenses a associarem-se ao programa das Comemorações.

VIVA O 25 DE ABRIL  
A COMISSÃO PROMOTORA

## 11.º Aniversário do 25 de Abril

### PROGRAMA

- DIA 24 — SESSÃO NA PISCINA, às 21.30 h., com  
— Coro da Nascente — Poemas — Música e canções com SAMUEL
- DIA 25 — NO LARGO DA CÂMARA, às 10 horas  
— Hastear da Bandeira — Provas de Atletismo e Cicloturismo  
NA CANTINA DA ESCOLA PREPARATÓRIA N.º 1, às 12.30 h.  
— Almoço de convívio
- DIA 26 — RECITAL DE POESIA no Restaurante da Piscinã, às 21.30 h.
- DIA 27 — SESSÃO SOLENE no Restaurante da Piscinã, às 21.30 h.  
com a presença de um elemento da Associação 25 de Abril  
e projecção de um filme alusivo à data

A Câmara Municipal de Espinho deliberou, em sessão realizada na passada terça-feira, aumentar o preço da água.

As novas tarifas entrarão em vigor no próximo mês de Maio, contrariando assim uma deliberação anterior do Executivo, por vontade expressa do Presidente, em aplicar os aumentos desde o passado dia 15 de Março.

Na nossa próxima edição publicaremos um trabalho mais desenvolvido sobre este assunto.



PORTE PAGO

Câmara Municipal de ESPINHO